**DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO****SGPDOC - Sistema de Gestão de Processos e Documentos**

PROCESSO CONSELHO SUPERIOR	0000008298/1	2015
INTERESSADO:	Coordenadora do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores	
ASSUNTO:	Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2015). Relator: Wagner Ribeiro de Oliveira	
CAPA:	CSDP 604/15	
MUNICÍPIO:	São Paulo SP	
ABERTURA:	21/9/2015	VOLUMES: 1
UNIDADE:	CONSELHO SUPERIOR	



Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores
Praça João Mendes, s/n – 1303/1305 – São Paulo-SF
Telefones 3107-5237 FAX 3107-5272

7-5272

File.	03
Rubrica	R
CSDP	

Excelentíssimo Senhor Presidente do Egrégio Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de S. Paulo

Amanda Pontes de Siqueira Taterka, Defensora Pública Coordenadora do *Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores*, respeitosamente, nos termos do disposto nas Deliberações CSDP **38** (artigo 18, inciso IV), de 04/05/2007, **156** (artigo 15, inciso IV), de 26/02/10, e **83**, de 27/06/08, vem submeter a V. Exã. e aos demais Conselheiros o

relatório semestral de atividades referente ao primeiro semestre de 2015.

São Paulo, 31 de julho de 2015.

Amanda Pontes de Siqueira Taterka
Defensora Pública Coordenadora

11/26 21/09/2015 012705 0836 353108 14 167 706L ET-02 5



Fls.	04
Rubrica	R
CSDP	

Relatório de atividades dos Núcleos Especializados

Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores

Coordenadora: *Amanda Pontes de Siqueira Taterka.*

Coordenadora Auxiliar em 2015: *Stéfanie Kornreich.*

Membro lotado em Brasília: *Rafael Ramia Muneratti.*

Demais Defensores membros:

- *Alessandro Valério Follador*
- *Aluísio Iunes Monti Ruggeri Re*
- *César Augusto Luiz Leonardo*
- *Fernando Rodolfo Mercês Moris*
- *Filovalter Moreira dos Santos Júnior*
- *Luiz Eduardo de Toledo Coelho*
- *Luiz Rascovski*
- *Orivaldo de Sousa Ginel Júnior*
- *Renata Simões Stabile Bucceroni*
- *Thiago Soares Piccoloto*

Demais Defensores colaboradores:

- *Armando César Marques Castro*
- *Elthon Siecola Kersul (a partir de 03/2015)*
- *Hamilton Neto Funchal*
- *Luciano Dal Sasso Masson (até 06/02/2015)*
- *Stéfanie Kornreich*

Período de abrangência: *primeiro semestre de 2015 (janeiro a junho).*

AMS



Estrutura do Núcleo

SÃO PAULO

O Núcleo se situa na sala 1303/1305 do Fórum João Mendes e conta com a seguinte equipe de apoio:

- *Oficial de Defensoria Alexandre Dall' Ovo Thurmann*
- *Oficiala de Defensoria Silvia Tioko Uemura*
- *Oficiala de Defensoria Romi Dimitrov*
- *Estagiário administrativo de nível superior Felipe Monreal Neves (até 14/04/2015 – encerramento do estágio)*
- *Estagiária administrativa de nível superior Pâmella Carvalho Costa (até 25/02/2015 – pedido de desligamento do estágio)*
- *Estagiária administrativa de nível superior Nicoli Gonçalves Marinho (a partir de 04/03/2015)*
- *Estagiário de ensino médio Walisson Santos de Araújo (a partir de 01/04/2015)*
- *Estagiária de ensino médio Thalia Braga de Souza (a partir de 04/02/2015)*
- *Estagiária de Direito Bianca Sanches Albuquerque (a partir de 19/02/2015)*
- *Estagiária de Direito Tássia Beatriz Tavares da Silva (a partir de 19/02/2015)*
- *Estagiário de Direito Tiago Matsuoka Megale*
- *Estagiária de Direito Jakeline Conceição Rodrigues de Lima da Cruz (até 27/02/2015 – pedido de desligamento do estágio)*

Para o desempenho de suas atividades, o Núcleo conta com os seguintes equipamentos: onze computadores com monitores; 03 (três) impressoras a laser; um fax; duas linhas telefônicas e uma pequena biblioteca.

O Núcleo foi dividido pela Coordenação em **três setores** com as seguintes atribuições:

Setor 1 – Oficiala Romi Dimitrov com apoio dos estagiários de nível médio e superior

- Redigir e digitar textos oficiais, tais como certidões, de acordo com os modelos previamente definidos;
- Arquivar documentos diversos mantendo a organização das pastas;
- Receber e efetuar ligações telefônicas (Tel.: 3107-5272), enviando recados e fornecendo informações;
- Operar máquinas fotocopadoras, fax, scanner, enviar e receber e-mails;
- Dar o primeiro atendimento às pessoas que chegam ao Núcleo;
- Controlar e conferir as intimações de julgamento recebidas das Câmaras de Direito Criminal, Privado, Público, Especial e Meio Ambiente enviadas aos Defensores por e-mail;

Handwritten signature in blue ink.



Fig.	06
Rubrica	R
CSDP	

- Encaminhar as intimações de decisão recebidas da Câmara Especial aos defensores via malote;
- Alimentar planilhas para relatório, tais como: controle de intimações, petições protocoladas, entre outras;
- Receber o malote e dar andamento aos documentos, efetuando seu protocolo e encaminhando de volta à origem via SGPDOP (baixa no sistema);
- Elaboração mensal da folha de ponto e dos boletins de frequência dos servidores e estagiários do Núcleo;
- Solicitar a manutenção dos equipamentos (impressoras, computadores) junto à PRODESP e CANON;
- Confecção dos atestados sobre os serviços prestados (copiadora e limpeza);
- Solicitar, receber e conferir mensalmente material de escritório;
- Fazer pedidos de água e outros suprimentos.

Setor 2 – Oficiala Silvia Tioko Uemura com apoio dos estagiários de nível médio e superior

- Redigir e digitar textos oficiais, tais como certidões, de acordo com os modelos previamente definidos;
- Arquivar documentos diversos mantendo a organização das pastas;
- Receber e efetuar ligações telefônicas, enviando recados e fornecendo informações;
- Operar máquinas fotocopadoras, fax, scanner, enviar e receber e-mails;
- Elaboração mensal da escala de defensores;
- Controle dos e-mails do Núcleo, salvando mensagens antigas em arquivo morto;
- Acompanhar pedidos de Sustentação Oral alimentando planilhas, retirar processos nas Câmaras, enviar à xérox, digitalizá-los, montar pastas e enviá-los ao defensor plantonista. Quando for o caso, enviar resultados aos defensores de origem;
- Fazer certidões dos plantonistas.

Setor 3 – Oficial Alexandre Dall Ovo Thurmann com apoio dos estagiários de nível médio e superior

- Redigir e digitar textos oficiais, tais como certidões, de acordo com os modelos previamente definidos;
- Arquivar documentos diversos mantendo a organização das pastas;
- Receber e efetuar ligações telefônicas (tel.: 3107-5237), enviando recados e fornecendo informações;
- Operar máquinas fotocopadoras, fax, scanner, enviar e receber e-mails;
- Auxiliar na área administrativa;

AMS



- Elaboração de planilhas para relatório mensal e anual, como: controle de intimações, petições protocoladas, pedidos de sustentações orais, entre outras;
- Atualizar e carregar novos arquivos no portal do Núcleo, tais como boletins, peças, escala mensal dos plantonistas, entre outros;
- Acompanhar pedidos de despacho e entrega de memoriais através de planilha e contato com as Câmaras e Gabinetes;
- Enviar, quando solicitado, acórdãos (em segredo de justiça) aos defensores;
- Prestar informações solicitadas pelos defensores, respondendo e-mails diversos;
- Efetuar backup (da pasta scanner) que contém todos os documentos e planilhas utilizados diariamente por todos os funcionários do Núcleo na rede;
- Coordenação dos estagiários administrativos do Núcleo;
- Fiscalização da prestação dos serviços de limpeza das dependências do Núcleo;
- Controle dos e-mails do Núcleo;
- Receber processos órfãos, analisar, colocar em planilha específica, nomear advogados dativos do convênio DPE/OAB para atuação e devolver às Câmaras de origem.

Medidas judiciais e extrajudiciais propostas para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos:

O Núcleo de 2º Instância e Tribunais Superiores é um órgão que presta suporte e auxílio aos Defensores Públicos e demais órgãos da Defensoria Pública, conforme previsão regimental.

Sendo assim, não se presta a ajuizar, por si próprio, ações judiciais, já que não tem uma temática específica como os demais núcleos especializados, no entanto, tem fornecido, cada vez mais, à carreira todo subsídio necessário para a atuação perante os Tribunais.

Na sede em São Paulo, o Núcleo cuidou em grau de recurso de várias ações civis públicas ajuizadas pelos Defensores Naturais e por outros Núcleos Especializados da Defensoria Paulista.

É crescente a preocupação em priorizar o auxílio das melhores estratégias a serem tomadas pela carreira, junto ao Tribunal de Justiça e nos Tribunais Superiores, visando sempre uma atuação estratégica, uniforme e inovadora, com teses e jurisprudência recente. Devido a isso, tem-se recebido em média 500 e-mails por mês, tanto no e-mail da sede em São Paulo (nucleo.tribunais@defensoria.sp.gov.br), quanto nos das coordenações. A sede do Núcleo em Brasília também recebe cada vez mais solicitações e, inclusive, o próprio membro lá designado tem redigido as peças processuais pertinentes nos Tribunais Superiores.

O trabalho do núcleo vem crescendo sobremaneira nos últimos anos, seja em razão do incremento significativo do número de Defensores Públicos recém-



ingressos (o que enseja o aumento não só das dúvidas/solicitações, mas também de todo o trabalho burocrático e recebimento de intimações de sessão de julgamento dos recursos interpostos/ações ajuizadas); maior conhecimento da carreira do trabalho e atuação do núcleo e de seus coordenadores, seja pela divulgação em cursos, palestras, boletins informativos, entre outros.

No semestre em questão, foi intensificado, com total prioridade, o suporte no atendimento das dúvidas e questionamentos da carreira, auxiliando os Defensores com medidas de atuação estratégica, envio de material jurisprudencial, modelos de peças, consulta aos autos, conversas telefônicas e trocas de e-mails, passando a experiência da rotina junto aos Tribunais. Inclusive, destaca-se que muitos colegas têm tido dificuldades na elaboração de peças processuais dirigidas aos Tribunais, diante de suas especificidades e sucessivas e recentes alterações jurisprudenciais. Tal fato foi comunicado à Corregedoria e à EDEPE visando à organização de um curso conjunto, voltado especificamente para a parte prática de tais recursos, assim como já foi organizado pelo próprio Núcleo, em semestres passados, os Módulos I, II e III do curso Recursos nos Tribunais.

Uma orientação prestada pelo Núcleo que tem se mostrado muito eficaz é a distribuição de Memoriais em casos mais sensíveis, que são despachados pelos colaboradores junto aos Desembargadores que compõem a turma julgadora. Foram elaborados, inclusive, um roteiro explicativo e modelo de apoio, para auxílio daqueles que necessitam, os quais se encontram na área restrita do site da instituição para consulta.

No semestre em comento, a realização de “despachos” e reuniões com os Desembargadores aumentou significativamente, pois tal prática tem se mostrado positiva na concessão de liminares e nos casos em que não há cabimento de Sustentação Oral, por previsão regimental. Ademais, em tais visitas, sempre que possível, são distribuídos aos Desembargadores informativos e cartilhas da Defensoria Paulista para que tomem conhecimento de nossas atribuições e missão constitucional.

Desde o início da gestão da coordenação há uma preocupação constante em ampliar a atuação para as câmaras de direito público, privado, ambiental, câmaras e órgão especial, uma vez que a participação da carreira é mais conhecida na seara criminal. Nesse semestre, percebeu-se um aumento significativo desta atuação, seja pelo maior envio de casos por outros núcleos especializados ou pela própria iniciativa da coordenação em selecionar alguns casos mais emblemáticos. Devido a esta expansão, tem-se percebido um retorno muito positivo dos julgadores.

No período em análise, continuou-se com a divulgação dos casos emblemáticos em que a atuação do Núcleo foi decisiva para o deslinde da questão, seja pelo apoio técnico e/ou suporte e auxílio intelectual e material. Assim, foram feitos Boletins Informativos e comunicados de decisões importantes, que



envolveram não só a atuação institucional direta, mas, também, outras temáticas de atuação. Tais Boletins estão sendo divididos em duas frentes: Tribunal de Justiça e Tribunais Superiores, incluindo alterações legislativas e jurisprudência atualizada.

Insta ressaltar que essa divulgação de casos mais emblemáticos também é importante para prestigiar a atuação deste Núcleo, que, por vezes, sequer é divulgada para a carreira e mídia, sendo apenas ressaltada a atuação individual do Defensor Natural do caso.

Realização de intercâmbio, em conjunto com a EDEPE, entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas:

Participação nas reuniões mensais promovidas pela 1ª Subdefensoria Geral com todos os coordenadores de Núcleos para ciência das atividades desenvolvidas, discussão de temas afetos à carreira e estabelecimento de agenda comum.

Participação em reuniões com a Assessoria Criminal da Defensoria Geral para tratar sobre:

- problemas encontrados perante o Tribunal de Justiça;
- destinação das cartas de preso;
- fluxo das revisões criminais;
- sigilo dos acórdãos dos Habeas Corpus impetrados na Central de Flagrantes;
- problemática das intimações dos acórdãos nos Habeas Corpus impetrados nos plantões do final de semana, em locais em que não há sede da Defensoria Pública instalada, dentre outros temas.

No que tange às revisões criminais, tem-se encontrado problemas quando há o desapensamento imediato dos autos originários, sem antes intimar a defesa do acórdão revisional e, também, na intimação do Defensor Público lotado na comarca de origem do autos originários e não daquele que ofereceu as razões revisionais.

Participação em reuniões com a Assessoria Cível da Defensoria Geral sobre julgamentos que violaram matérias relevantes à Instituição, tais como:

- condenação da Defensoria ao pagamento das perícias em valor superior ao estabelecido na tabela;
- questão afeta ao poder requisitório da Defensoria em obter gratuitamente as certidões essenciais à propositura de ações judiciais;
- adoção de medida estratégica no que tange à tentativa de criação pelo Presidente do Tribunal de Justiça das varas especializadas em conflitos fundiários, entre outros.



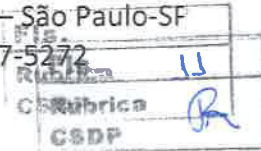
Participação em reuniões com a EDEPE:

- buscando alternativas de controle e monitoramento dos processos judiciais em trâmite nos Tribunais que envolvam teses institucionais, com o objetivo de levantamento de dados estatísticos dos resultados dos julgamentos, a fim de que seja possível analisar a viabilidade, ou não, de uma tese, bem como a necessidade de sua revisão ou cancelamento, para que o resultado seja apresentado no Encontro Estadual de Defensores Públicos;
- visando à gravação de filmagens de vídeos temáticos pela coordenação do núcleo, com dicas rápidas de atuação nos Tribunais, atualização de jurisprudencial e legislativa processual;
- objetivando a organização conjunta de cursos práticos de elaboração de peças processuais destinadas aos Tribunais Superiores.

Participações em diversas reuniões com a 1ª Subdefensoria Pública Geral e com o Defensor Público Geral:

- para buscar soluções aos problemas encontrados pelo núcleo no recebimento de intimações da sessão de julgamento das câmaras de direito privado e público;
- para solucionar problemática da falta de uniformização das intimações dos acórdãos aos Defensores Públicos que atuam nas Câmaras de Direito Público e Privado;
- para demonstrar a necessidade da ida de um segundo Defensor Público em Brasília, tendo em vista não só o excesso de trabalho, mas, principalmente, o enorme campo de atuação que poderia ser preenchido, objetivando uma atuação específica e estratégica no STJ e STF;
- para comunicar o fim do projeto piloto da 9ª Câmara Criminal do julgamento virtual dos Habeas Corpus, por parte do próprio Tribunal de Justiça. Frise-se que todo o monitoramento destes julgamentos constou, por meio de planilhas e gráficos, dos últimos relatórios semestrais, que estão disponíveis na área restrita no site institucional;
- para demonstrar o resultado da pesquisa do monitoramento quantitativo, qualitativo e temático, dos Habeas Corpus impetrados perante os Tribunais Superiores;
- para encaminhar pleito das outras Defensorias Públicas, com o intuito da criação de um escritório conjunto de todas as Defensorias Estaduais que tenham sede em Brasília de um escritório conjunto. Neste quesito o Defensor Público Geral informou que a questão já está sendo debatida no CONDEGE.
- para mostrar o interesse do Desembargador Coordenador Criminal do TJSP na organização conjunta de um curso na Escola Paulista de Magistratura sobre Videoconferência. Neste ponto, ficou decidido que não seria o momento mais oportuno para a realização de tal evento conjunto;

[Assinatura]



- para levar a pauta das diversas reuniões feitas com a Presidência Criminal do TJSP, que tiveram como pleito:

- A realização conjunta (DPSP e TJSP) de visitas às salas videoconferência dos presídios que as possuam, objetivando o estímulo à sua utilização;

- A reivindicação de que tais salas sejam ocupadas e utilizadas pelos Defensores Públicos. Nesse tocante ficou decidido pela 1ª Subdefensoria que estas sejam utilizadas para realização de citações dos presos, por meio dos Oficiais de Justiça e para realização de diversos contatos que são necessários entre os Defensores Públicos e seus defendidos.

- Utilização do Elevador Privativo pela Defensoria Pública, não só do prédio do Fórum João Mendes Júnior, mas de todos os fóruns do Estado. O núcleo teve notícia de que a antiga gestão fez esse pleito para o TJSP. Na oportunidade, pedimos esclarecimentos do que ficou encaminhado.

- Horário plantão judiciário:

A Presidência reiteradamente tem discutido a problemática dos horários de realização dos plantões dos finais de semana, uma vez que o horário do plantão da 1ª e 2ª instância da Defensoria é distinto do Tribunal, o que, segundo este, prejudica o recebimento dos habeas corpus no fim do expediente forense. Como esta questão foge da atribuição da coordenação, tal pauta de reunião foi encaminhada à 1ª Subdefensoria e à Defensoria Pública Geral para análise, mas ainda sem solução/decisão.

- Foi pleiteado ao Defensor Público Geral que requeresse ao Presidente do TJSP a alteração do regimento interno, a fim que neste conste prioridade na realização de sustentação oral por parte dos Defensores Públicos

Ressalte-se que a maioria dessas reivindicações do TJSP, bem como problemas enfrentados neste Tribunal, fogem à atribuição da coordenação do Núcleo de 2ª Instância, uma vez que se tratam de questões que envolvem a Defensoria Pública como um todo, por isso, a realização de tantas reuniões e o encaminhamento das questões à Administração Superior.

Isso acontece muito porque, hoje, a coordenação do núcleo é vista pelo Tribunal de Justiça como uma interlocução legítima e eficaz entre as instituições.

Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas:

O Núcleo tem atuação apenas como órgão de execução perante o Tribunal de Justiça de São Paulo e os Tribunais Superiores. No semestre em comento, foram



realizadas várias reuniões com os Presidentes de Seção do Tribunal de Justiça, e seus juízes assessores e com diversos Desembargadores visando buscar melhorias na interlocução entre as Instituições e resguardo das prerrogativas institucionais.

Em contato com a Presidência do TJ, foi solicitada, no ano de 2013, uma sala para ocupação do Núcleo, dentro do prédio do Palácio de Justiça para auxiliar os Defensores Públicos plantonistas que ficam à disposição em sistema de revezamento. A sala, já disponibilizada, auxiliará o incremento do número de sustentações realizadas, uma vez que permitirá servir como base de apoio para os servidores e estagiários, que ficarão à disposição do plantonista controlando o horário de sustentações em câmaras diferentes (instaladas em salas distintas). Além disso, será possível um incremento do número de realização de despachos e uma maior aproximação da Defensoria Pública com os Desembargadores, fortalecendo o intercâmbio institucional. Ressalte-se que tal disponibilização deu-se em no início de 2013 e, até a presente data, não foi ocupada pela Defensoria por falta de estrutura/iniciativa desta própria instituição.

No dia 20 de março de 2015, ocorreu o II Ciclo de Debates Sobre Atuação Estratégica no STJ e STF.

O evento deu continuidade ao I Ciclo, ocorrido em agosto de 2014, em Brasília, de iniciativa das Escolas da Defensoria Pública da União e também do Distrito Federal, organizado com o apoio do Núcleo da Segunda Instância e Tribunais Superiores de Brasília.

O II Ciclo, realizado no auditório da Defensoria Pública de São Paulo, localizado na Rua Boa Vista, 200, reuniu 23 participantes, dentre os quais os colaboradores do Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores e Defensores Públicos dos Estados do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Tocantins com atuação nos Tribunais Superiores.

Organizado pelo Núcleo de Segunda Instância e Tribunais Superiores e pela EDEPE, o II Ciclo tratou de temas relevantes para a Defensoria Pública sob o aspecto de atuação estratégica, ou seja, matérias que, dado o seu valor e peculiaridades, demandavam uma atuação conjunta das Defensorias Públicas.

Na ocasião, travou-se debate sobre o cancelamento da súmula 421 do STJ, o ingresso das Defensorias Públicas envolvidas como *amicus curiae* em Recursos Extraordinários emblemáticos em que já reconhecida a repercussão geral, bem como foi discutida a formalização de um projeto de cooperação entre as Defensorias Públicas, com vistas a sistematizar a atuação estratégica, fortalecendo a atuação das Defensorias Públicas perante os Tribunais Superiores.

Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado:



O *Núcleo* tem atuação apenas como órgão de execução perante o Tribunal de Justiça de São Paulo e nos Tribunais Superiores, não havendo representação em Conselhos ou outros órgãos colegiados.

Porém, a coordenação representou a Defensoria Pública, a pedido da Defensoria Pública Geral, em todos os eventos e solenidades ocorridas no âmbito do Tribunal de Justiça e Tribunais Superiores, prática esta que tem se mostrado muito valiosa para o conhecimento e prestígio institucional.

Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado:

A produção do *Núcleo* está indicada mais abaixo, tanto quanto à natureza da atuação e quanto ao volume.

Realização de “despachos” oriundos de pedidos dos defensores responsáveis pelos casos:

Os integrantes do *Núcleo* têm “despachado” as liminares com os Desembargadores, garantindo maior celeridade do julgamento das medidas judiciais. Em Brasília tem acontecido da mesma maneira nos Tribunais Superiores.

Realização de reuniões:

O *núcleo* realizou apenas uma reunião no semestre em comento, uma vez que a coordenação passa as orientações aos plantonistas nos dias em que comparecem no plantão.

Acionamento de Cortes Internacionais.

Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública.

Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais.

Articulação com núcleos especializados afins de Defensorias Públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências.

Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade.

AMS



Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade:

Sem pertinência temática com o Núcleo em questão, pois não se tem área de especialidade temática.

Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do Núcleo:

- Hipótese inexistente

São Paulo - Planilha de 2015 - somente 1º semestre (janeiro a junho)

- Intimações de julgamento recebidas das diversas Câmaras do TJSP = 25.457
- Notificações de julgamento e decisões enviadas aos Defensores = 22.176
- Pedidos de sustentação oral recebidos = 71
- Sustentações orais realizadas = 82
 - providas = 6
 - parcialmente providas = 30
 - improvidas = 20
 - pedido de vista/retirada de pauta = 16
 - prejudicado = 10
- Sustentações orais não realizadas (excesso na pauta ou descabimento manifesto) = 9
- Sustentações orais transformadas em preferência (excesso na pauta ou a pedido da turma julgadora) = 20
- Pedidos de preferência = 30
- Memoriais elaborados e entregues = 111
- Acompanhamento para despacho = 354
- Despacho de liminares e recursos = 249
- Petições protocoladas = 41
- Comunicação de protocolo (Agravo de Instrumento e número de Habeas Corpus) = 41
- Habeas Corpus sob acompanhamento = 63



- Manifestação em processos no TJSP relativos ao convênio OAB = 65
- Informação processual = 405
- Comunicações de decisões e Acórdãos = 226
- Xérox de processos fornecidas = 226
- Atendimento de assistidos = 17
- Atendimento geral = 2.067
- Diligências externas = 2.124
- Suporte, informação e auxílio aos Defensores Públicos = 2053
- Suporte, informação e auxílio a outras Defensorias e demais órgãos públicos = 0
- SGPDOP's encaminhados = 871
- Petições protocoladas digitalizadas enviadas por e-mail = 41

Brasília - Planilha de 2015 - somente 1º semestre (janeiro a junho)

- Intimações recebidas e enviadas aos Defensores naturais: 9.951 (STJ) + 330 (STF) = 10.281
 - Total de petições protocolizadas no STJ = 3.615
 - Total de petições protocolizadas no STF = 27
- Peças elaboradas pelo Núcleo/Brasília:
- Petições Diversas = 326
 - Agravos Regimentais = 52
 - Reconsiderações = 5
 - Embargos de Declaração = 5
 - Contrarrazões de Recurso Especial = 11
 - Contrarrazões de Recurso Extraordinário = 14
 - Habeas-Corpus = 133



Fls.	16
Rubrica	R
CSDP	

- Contrarrazões em Embargos de Declaração = 1
- Contrarrazões em Agravo de Recurso Extraordinário = 5
- Contrarrazões em Agravo Regimental = 7
- Contrarrazões em Embargos de Divergência = 1
- Petições em Homologação de Sentença Estrangeira = 0

Total de peças = 550

➤ Audiências e Sustentações orais:

- Audiências Ministros STF = 5
- Audiências Ministros STJ = 12
- Audiências Conselheiros CNJ = 0
- Sustentação oral STF = 1
- Sustentação oral STJ = 2
- Sustentação oral CNJ = 0

Total = 17 audiências e 3 sustentações orais

➤ Reuniões:

- Reunião STF = 0
- Reunião STJ = 0

➤ Atendimento de pedidos de defensores = 653

➤ Intimações enviadas via e-mail aos Defensores Naturais = 10.281

➤ Implementações do Núcleo:

- Intimações Eletrônicas:

Em 2015, a sede do Núcleo em Brasília deu continuidade ao envio eletrônico de intimações aos Defensores Naturais. Todas as intimações recebidas oriundas do STJ e STF são encaminhadas via email ao respectivo Defensor.

- Planilha única de acompanhamento processual:



Fls.	17
Rubrica	R
CSBP	

Em 2015, a sede do Núcleo em Brasília continuou a alimentar a planilha eletrônica única de acompanhamento processual nos Tribunais Superiores, que contém todos os processos findos e em tramitação, enviados e acompanhados pelo Núcleo, com o respectivo andamento, facilitando a localização e a imediata obtenção dos dados dos referidos feitos, quando necessário.

- Coleta de dados estatísticos:

A sede do Núcleo em Brasília deu seqüência à coleta de dados estatísticos referente ao número de processos, intimações, temática e resultado da atuação da DPE/SP nos Tribunais Superiores a fim de refinar o trabalho e formar um diagnóstico das impetrações e da movimentação dos Habeas Corpus perante o STJ e STF. Com base neste diagnóstico, será possível ao Núcleo monitorar o trabalho da DPE/SP, montar estratégias de atuação, formular sugestões aos Defensores, e buscar a unidade de atuação da Defensoria junto aos Tribunais Superiores.

A servidora responsável pelo trabalho em questão, todavia, pediu demissão em junho de 2015 e deixou o trabalho incompleto.

A partir de agosto de 2015, um novo servidor foi deslocado para completar e dar continuidade ao trabalho desenvolvido.

A previsão é de que até dezembro de 2015 seja apresentado um relatório completo com os resultados obtidos.

- Peticionamento eletrônico nos Tribunais Superiores e CNJ:

A sede do Núcleo em Brasília já está realizando o peticionamento eletrônico perante os Tribunais Superiores, inclusive prestando auxílio aqueles que começam a utilizar a ferramenta eletrônica. Também tem feito o cadastramento no “Ente Público” da Defensoria Pública de São Paulo dos Defensores que já possuem certificação digital e acesso ao e-STJ.

Tal providência permite aos Defensores o acesso eletrônico vinculado ao Ente Público da Instituição junto ao Superior Tribunal de Justiça-STJ.

- Despachos, audiências e sustentações orais nos Tribunais Superiores:

A sede do Núcleo em Brasília em 2015 continuou a fortalecer sua presença nos Tribunais Superiores através da realização de despachos, audiências e sustentações orais no STJ e STF.

MS



Em destaque, estão as audiências realizadas com o Ministro Luiz Felipe Salomão em 17 de abril, no Habeas Corpus 320.938, a respeito do assunto mencionado aos “rolezinhos” de Ribeirão Preto, no qual houve a concessão da liminar para suspender a portaria que havia impedido a entrada de crianças e adolescentes desacompanhados nos shoppings daquela cidade; e a audiência realizada com o Ministro Herman Benjamin no ASES 631.533 em 27/04, sobre o assunto referente à falta de água quente nos presídios do Estado, no qual o Ministro deu provimento ao agravo regimental interposto e determinou a análise do respectivo recurso especial.

Entre as sustentações orais e acompanhamento de julgamentos destaca-se o Habeas Corpus 312.486-STJ, no qual foi concedida a ordem para reconhecimento da possibilidade de concessão de remição de pena por leitura.

Dentre as teses defendidas e acompanhadas pela sede do Núcleo em Brasília destacam-se nesse semestre:

- Extinção da pena independentemente do pagamento da multa imposta;
- Remição por leitura;
- Possibilidade de reconhecimento do crime de bagatela mesmo sendo o réu reincidente;
- Impossibilidade de semiliberdade provisória;
- Inconstitucionalidade do art. 28 da Lei de Drogas.